



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PORANGATU  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**AMANDA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**RUANDA E O GENOCÍDIO DE 1994**

**PORANGATU  
2023**

AMANDA RODRIGUES DE OLIVEIRA

## **RUANDA E O GENOCÍDIO DE 1994**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de licenciado(a) em História, pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Porangatu, sob orientação do Profº Especialista Romildo Flosino de Souza

PORANGATU  
2023

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RO48r      Rodrigues de Oliveira , Amanda  
              Ruanda e o genocídio de 1994 / Amanda Rodrigues de  
              Oliveira ; orientador Romildo Flosino de Souza . --  
              Porangatu , 2023.  
              25 p.

              Graduação - História -- Unidade de Porangatu,  
              Universidade Estadual de Goiás, 2023.

              1. Genocídio . 2. África . 3. Ruanda . 4. Etnia . 5.  
              Conflito . I. Flosino de Souza , Romildo , orient. II.  
              Titulo.

AMANDA RODRIGUES DE OLIVEIRA

RUANDA E O GENOCÍDIO DE 1994

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de licenciado(a) em História, pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Porangatu, sob orientação do Profº Esp. Romildo Flosino Flores.

Aprovado em \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos professores

---

Romildo Flosino de Souza – Orientador  
Especialista em História  
Universidade Estadual de Goiás - UEG

---

Profº Maria Juliana de Freitas Almeida – Avaliador  
Mestre em Ciências Sociais e Humanidades  
Universidade Estadual de Goiás – UEG

---

Luis Rafael da Silva Valadão – Avaliador  
Especialista em Educação para Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania  
Universidade Estadual de Goiás – UEG

# RUANDA E O GENOCÍDIO DE 1994<sup>1</sup>

Amanda Rodrigues de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

O genocídio no Ruanda em 1994 foi considerado um dos crimes mais hediondos contra a humanidade no século XX. O conflito entre as etnias hutu e tutsi, que resultou na morte de mais de 800 mil ruandeses e de mais de 2 milhões de refugiados, levou a uma crise regional no humanitarismo que não foi resolvida até 2014. O conflito étnico, considerado um precursor do genocídio, existe desde o século XIX e agravada pela colonização europeia, ainda representa um problema significativo no país como um todo, nenhuma destas questões é discutida ou abordada. A pesquisa ocorrerá por meio de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, em que os dados serão coletados por uma busca de cunho qualitativo. Diante disto, visa-se responder a seguinte problemática: Quais eventos culminaram o genocídio em Ruanda, como o conflito decorreu e quais foram as ocorrências posteriores? Objetiva pontuar todos os fatores políticos, sociais e econômicos que geraram o genocídio em Ruanda; compreender como esta conflagração decorreu; entender seu processo de conclusão e as mudanças trazidas ao país. Dessa forma, o projeto justifica-se pela relevância em compreender todo o processo genocida que ocorreu em Ruanda, tanto relacionado aos aspectos antecessores, quanto ao conflito e sua reestruturação posterior. Assim, é fundamental entender quais ações comportamentais da sociedade e de culturas podem gerar casos de genocídios, bem como a divulgação de dados que cooperam com o combate da desigualdade social e desenvolvimento de iniciativas voltadas para a contribuição na superação destes.

**Palavras-chave:** Ruanda. Genocídio. Etnias. Colonização Europeia.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a banca como exigência parcial para obtenção do grau de licenciado(a) em História na Universidade Estadual de Goiás.

<sup>2</sup> Acadêmica em História. Universidade Estadual de Goiás – UEG. e-mail: [Amanda123rodrigues@gmail.com](mailto:Amanda123rodrigues@gmail.com)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. ETNIA .....	8
3. O CONFLITO.....	11
4. A REESTRUTURAÇÃO DO PAÍS .....	14
5. ATUAÇÃO DA ONU E DOS ESTADOS OCIDENTAIS .....	17
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
REFERÊNCIAS.....	23

## 1. INTRODUÇÃO

Considerado um dos conflitos mais brutais da história, o genocídio ruandês foi caracterizado por uma rixa étnica entre extremistas hutus e tutsis que culminou na morte de cerca de 800 mil pessoas em apenas cem dias. Tal rivalidade teve início durante o período do feudalismo no país e foi aprofundada pelo processo de sua colonização.

O período de violência que culminou no genocídio fez parte de uma profunda crise estrutural, entendida como uma resposta profunda à crise de legitimidade vivida pelo Estado ruandês no contexto de uma luta nacional pelo poder. Assim, a segregação racial e os ideais de eliminação do inimigo cresceram e se multiplicaram na crise, muitas vezes entendida como uma resposta aos problemas de Ruanda. Assim, foram muitas as motivações individuais e regionais para atos de genocídio possíveis e amparadas pelo contexto político local e pela história social.

Terminado o massacre, as consequências que tanto deixaram no país pareciam irreversíveis, o envolvimento dos setores internacionais ao longo do conflito foi mínimo. Em contrapartida, a população de Ruanda diminuiu significativamente, dificultando a reconstrução do país. O número de vítimas foi superado apenas pelo número de acusados de envolvimento no conflito, o que dificultou muito sua prisão e julgamento.

A pesquisa discorre por meio de uma análise bibliográfica. Diante disto, visa-se responder a seguinte problemática: Quais eventos culminaram o genocídio em Ruanda, como o conflito decorreu e quais foram as consequências deste evento? Objetiva compreender os fatores políticos, sociais e econômicos em detrimento ao genocídio ocorrido em Ruanda; compreender como esta conflagração decorreu; entender seu processo de conclusão e as mudanças trazidas ao país.

Dessa forma, a pesquisa justifica-se pela relevância em compreender o processo genocida que ocorreu em Ruanda, tanto relacionado aos aspectos antecessores, quanto ao conflito e sua reestruturação posterior. Assim, é fundamental entender quais ações comportamentais da sociedade e de culturas podem gerar casos de genocídios, bem como a divulgação de dados que cooperam com o combate da desigualdade social e desenvolvimento de iniciativas voltadas para a contribuição na superação destes.

## 2. ETNIA

Ruanda, uma nação localizada no coração da África Oriental, possui uma rica história moldada por diversos elementos, sendo a colonização um capítulo significativo desse percurso. O país é caracterizado por colinas verdejantes, vastas planícies e uma rede de lagos que conferem a Ruanda uma beleza natural singular. A população pré-colonial de Ruanda era composta principalmente por três grupos étnicos: os tutsis, os hutus e os twas. Esses grupos coexistiam em uma estrutura social que, embora não isenta de desafios, tinha suas próprias dinâmicas e equilíbrios. Este período pré-colonial na história de Ruanda reflete uma vida marcada pela interdependência entre os diferentes grupos étnicos e uma relação equilibrada com o ambiente natural.

A colonização belga, particularmente, teve impactos profundos na estrutura social de Ruanda, ao instituir um sistema de classificação étnica que categorizou a população em tutsis, hutus e twas, criando divisões que, mais tarde, desempenharam um papel crucial nos eventos trágicos do genocídio em 1994. Durante o período colonial, a administração belga favoreceu os tutsis, exacerbando as tensões étnicas que perduraram após a independência em 1962.

O sistema colonial foi baseado em discursos racistas, etnocentrismo e eurocentrismo, e perfeitamente planejados para a dominação. O mais marcante foi o quanto a colonização foi impactante no processo de formação nacional desses Estados ex-colônias, que não conseguiram se livrar das instituições ou do imaginário europeu (Santos, 2021, p.3).

Durante o período colonial, a minoria pertencente à etnia tutsi era considerada racialmente superior à maioria hutu, divisão identificada na sociedade por diferenças nas características físicas, já que os tutsis teriam “maior estatura, narizes mais finos e pele negra mais clara” (Batista, 2015, p. 6).

As falas acima destacam a influência profunda do sistema colonial nas ex-colônias, evidenciando como discursos racistas, etnocêntricos e eurocêntricos foram elementos fundamentais na estruturação desse processo. A análise ressalta a persistência dessas influências mesmo após o período colonial, afetando a formação nacional desses Estados. A referência ao impacto duradouro das instituições e do imaginário europeu sugere que a colonização não apenas moldou as estruturas políticas e sociais, mas também deixou uma marca profunda na identidade dessas nações.

Segundo Uvuza (2014), graças a essa hierarquia, os tutsis ganharam um status social mais elevado e um acesso mais fácil aos cargos de poder político, iniciando a cooperação com a administração colonial. Ao mesmo tempo, a maioria dos hutus, que representavam 85% da população, eram camponeses de trabalho forçado com acesso limitado ao trabalho administrativo e à educação. Além desses dois grupos étnicos, havia um grupo nativo Twas que representava cerca de 1% da população de Ruanda.

De acordo com Adekunle (2007) de 1899 a 1919, depois que as potências européias dividiram o continente africano, Ruanda tornou-se uma colônia alemã e, juntamente com Burundi e Tanzânia, constituiu uma colônia alemã na África Oriental. A partir de 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial, o controle de Ruanda foi transferido para a Bélgica, o que reforçou e institucionalizou a polarização entre a população ruandesa iniciada durante o período colonial alemão.

A partir de 1933, a administração belga introduziu o reconhecimento da etnia a que cada indivíduo pertencia nas carteiras de identidade da população, reforçando esse sistema de estrutura social fluida e ampliando a segregação interna (Akodjenou, 1995).

Como descreve Hinterjens (1999), dados os privilégios e posições de liderança dos tutsis, o povo hutu encontrou nos administradores tutsis os principais responsáveis por sua repressão, ao lado dos agentes do colonialismo belga. Com o tempo, tensões e hostilidades crescentes entre os dois grupos levaram à violenta revolução social de 1959, resultando na morte e exílio de milhares de tutsis para países vizinhos como o Burundi, culminando na tomada do poder pela elite hutu (Adekunle, 2007).

A revolução de 1959-1961 marcou o fim da dominação tutsi, a nomeação de um novo presidente hutu, Gregoire Kayibanda, e a intensificação das relações étnicas no país (Unictr, 2014). Este período de instabilidade e divisão social marcou a independência de Ruanda do domínio belga conquistada em 1962, em consonância com os processos de descolonização que eclodiram nas colônias africanas com o fim da Segunda Guerra Mundial. Combatendo as ofensivas do povo tutsi, estima-se que os hutus tenham sido responsáveis pela morte de cerca de 10 mil pessoas e pelo deslocamento de outras 150 mil. um golpe de estado em 1973. sob a liderança de Juvenal Habyarimana, também hutu, que ocupou o poder até 1994 (Adekunle, 2007).

A perseguição continuou até a década de 1980, enquanto Habyarimana centralizava o poder em suas mãos, criava um sistema de favoritismo para os hutus e permitia que apenas seu partido, o Movimento Nacional Republicano para Democracia e Desenvolvimento (MRDN), existisse no país, com adesão obrigatória para todos os ruandeses. Em Uganda, formou-se a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), composta por tutsis e seus filhos expulsos durante a perseguição de 1959-1963. Essa facção invadiu Ruanda em 1990, exigindo o retorno ao seu país e o fim da perseguição étnica e a obrigatoriedade de carteiras de identidade étnica (Paula, 2011). Esta primeira incursão do RPF falhou, mas abriu caminho para o multipartidarismo em Ruanda e provocou conflitos dentro de organizações internacionais.

A oposição ao regime de Habyarimana, expressa na forma do RPF, causou pânico entre as elites ruandesas, que foram forçadas a enfrentar os problemas da crise econômica e dos refugiados. Ideias de uma solução genocida para essas questões começaram a surgir, reuniões foram realizadas nas quais foi levantada a ideia de exterminar todos os tutsis. Rumores e desinformação circulavam em Ruanda sobre um inimigo dos tutsis (invasores de Ruanda) que estava prestes a vir para tomar terras agrícolas e poder (Paula, 2011).

Com o apoio da ONU, representantes dos países africanos vizinhos e da Organização da Unidade Africana (OUA), o Acordo de Paz de Arusha foi assinado em 1993 entre o governo de Ruanda e a RPF, que visava reduzir as hostilidades no país, repatriar refugiados e instalar um governo de transição interpartidário misto (Adekunle, 2007).

Para monitorar o cessar-fogo, foi criada a UNAMIR (Missão de Assistência da ONU para Ruanda), comandada pelo general canadense Roméo Dallaire. Em 1994, o general enviou ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, um relatório contendo evidências de treinamento para um possível extermínio tutsi, mas o secretário preferiu uma intervenção não violenta da UNAMIR (Andrade, 2015).

O estopim do genocídio ocorreu em 6 de abril de 1994, com a queda de um avião no qual estavam presentes o presidente Hutu de Ruanda, Juvenal Habyarimana, e o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira. Poucos dias após o ataque, integrantes das Forças Armadas ruandesas, da Guarda Presidencial e milícias se espalharam pelo país, eliminando tutsis, twas e hutus moderados com armas de fogo, facões ou outras armas de corte (Paula, 2011).

O objetivo dos extremistas era acabar com o monopólio do poder estatal, não o dividir com Arusha, uma cidade localizada no norte da Tanzânia, situada aos pés do Monte Meru e próxima ao famoso Monte Kilimanjaro. Mesmo sem fazer parte da milícia, os hutus comuns também cometeram atos de genocídio, arriscando suas vidas e as de suas famílias caso não participassem. O conflito doméstico durou cerca de 100 dias, reproduzindo atos de tortura, estupro e chacina sem limitar agressões baseadas em idade, gênero, religião ou parentesco (Thomson, 2009).

Em síntese, a história de Ruanda é um testemunho complexo de mudanças significativas, desde o período pré-colonial até os eventos traumáticos do genocídio em 1994. A colonização belga desempenhou um papel crucial na criação de divisões étnicas artificiais entre tutsis, hutus e twas, exacerbando tensões que perduraram após a independência. O sistema de classificação étnica e as políticas discriminatórias acentuaram as disparidades sociais, contribuindo para a revolução de 1959 que culminou na tomada de poder pela elite hutu. O cenário político tenso, aliado ao surgimento do RPF, alimentou o medo entre as elites ruandesas, pavimentando o caminho para a ideia genocida.

### **3. O CONFLITO**

A queda do avião que transportava os presidentes de Ruanda e Burundi em 6 de abril de 1994 deflagrou o conflito em Ruanda, este foi abatido quando estava prestes a pousar em Kigali, resultando na morte dos presidentes Juvénal Habyarimana de Ruanda e Cyprien Ntaryamira de Burundi. Este evento foi um dos desencadeadores do genocídio em Ruanda, que ocorreu nos meses seguintes e resultou na morte de centenas de milhares de pessoas, principalmente da etnia tutsi. A responsabilidade pela queda do avião ainda é objeto de controvérsia e debate.

Os assassinatos começaram apenas uma hora após a queda do avião do presidente Habyarimana, confirmando a análise de Gourevitch citada acima e deixando claro mais uma vez: o extermínio dos tutsis foi programado há muito tempo. Especialistas estimam que entre 800.000 e um milhão de pessoas morreram no conflito. Durante um período de 100 dias, aproximadamente oito mil tutsis foram sumariamente executados diariamente sem ação, um claro desrespeito à Convenção para a Prevenção do Genocídio de 1948 (Power, 2004).

A respeito do número de mortos, Martins e Castro (2015) apontam:

As estimativas de quantas pessoas morreram varia muito mais, incluindo-se as mortes por fome e as subseqüentes mortes nos campos de refugiados, a estimativa vai de 1,7 milhão a 3 milhões de Cambojanos. As mortes durante a ocupação de Kámer aconteceram por vários motivos, muitos morriam por serem considerados "inimigos do estado", por serem pessoas da área educacional ou religiosos, críticos do regime de Pol Pot ou do Marxismo, ou simplesmente pessoas que ofereciam resistência aos tratamentos brutais dos soldados de Pol Pot. (Martins; Castro, 2015, p.3).

Os autores acima demonstram as terríveis consequências do extremismo político e ideológico, onde a vida humana é desconsiderada em prol de objetivos políticos distorcidos. Esses eventos trágicos na história recente destacam a importância de preservar a memória coletiva e buscar a justiça para as vítimas, a fim de evitar a repetição de tais atrocidades.

Ao longo deste processo, as carteiras de identidade pessoais estabelecidas durante o período colonial foram cruciais, pois assim os hutus podiam identificar mais facilmente os tutsis. Entre 9 e 11 de abril, cerca de 3.300 estrangeiros, entre norte-americanos, franceses, italianos e belgas, foram deportados do país logo após o conflito (Casas, 2010).

Cerca de 75% dos tutsis em Ruanda foram mortos no início de maio. Na média nacional, os tutsis representavam pouco menos de 15% da população de Ruanda, mas na província de Kibuye, a proporção de hutus para tutsis era aproximadamente a metade de cada grupo. Em 6 de abril de 1994, cerca de 250.000 tutsis viviam em Kibuye, um mês depois, mais de 200.000 deles foram mortos. Em muitas aldeias da região, nem um único tutsi sobreviveu. O genocídio só foi interrompido depois que o RPF entrou no país. À medida que o exército rebelde avançava por Ruanda, cerca de dois milhões de hutus fugiram para o exílio sob as ordens dos mesmos líderes que os encorajaram a matar tutsis (Gourevitch, 2000).

As estradas foram fechadas e as tropas foram posicionadas em todo o país, fazendo com que a violência se espalhasse rapidamente para Kigali. Os métodos usados pelos hutus eram extremamente brutais, e os facões ficaram conhecidos como a principal arma utilizada. Hospitais e igrejas onde tutsis se refugiaram foram bombardeados (Abdikadir et al., 2016).

No final, o RPF conseguiu dominar a maior parte do país, capturando Kigali em 4 de julho. Em 19 de julho, formou-se um governo de transição com um presidente hutu e um vice-presidente tutsi, o líder do RPF. Essa coalizão foi inspirada no modelo de compartilhamento de poder proposto nos Acordos de

Arusha. Os líderes do genocídio e os extremistas hutus fugiram para os países vizinhos na tentativa de escapar da perseguição e da repressão.

Antes do genocídio em Ruanda em 1994, a administração do presidente Juvénal Habyarimana cultivou tensões étnicas, intensificando as diferenças entre hutus e tutsis. Sua festa, provavelmente um meio de consolidar poder, tornou-se um símbolo divisivo. Após sua morte, desencadeou-se o genocídio, levando a proibição da festa como medida para conter a violência e dismantelar elementos associados ao regime, visando superar as divisões étnicas e assegurar uma transição para um período pós-genocídio no Ruanda.

O genocídio durou cerca de 100 dias, mesmo em tão pouco tempo, o número de baixas foi avassalador: mais de um milhão de mortos, sendo 93,6% tutsis (Abdikadir et al., 2016). Ainda hoje, os números continuam sendo atualizados, devido à descoberta de mais valas comuns em todo o país. A crueldade com que o genocídio foi perpetrado é outro ponto marcante deste caso.

Depois que o RPF entrou em Kigali, seus líderes anunciaram que cumpririam os termos dos Acordos de Arusha com algumas modificações. Nos termos, a distribuição de ministérios entre diferentes partidos seria mantida, mas os cargos atribuídos ao MRND seriam transferidos para o RPF. Além disso, durante o período pós-genocídio em Ruanda, foram estabelecidos arranjos políticos para promover a reconciliação e estabilidade no país. Um hutu, Pasteur Bizimungu, foi nomeado presidente para garantir a representação de ambas as etnias no governo, enquanto Paul Kagame, um tutsi, assumiu o cargo de ministro da Defesa e vice-presidente. Essas medidas visavam a formação de uma liderança inclusiva, embora desafios continuassem a persistir no caminho da reconstrução política e social em Ruanda (Reed, 1996).

Os termos do acordo de paz foram aceitos pelas partes presentes em Ruanda, e o genocídio terminou em 4 de julho de 1994, quando a RPF assumiu o controle militar da maior parte do território, exilando o antigo governo, a milícia e o exército extremista Hutu, juntamente com quase dois milhões de civis.

Neste sentido, compreende-se que as medidas pós-genocídio, como a formação de um governo de transição com representantes de ambas as etnias, visavam à reconciliação e estabilidade. No entanto, a cicatriz do genocídio perdura, destacando a urgência de reflexões sobre a prevenção de conflitos étnicos e a construção de sociedades verdadeiramente inclusivas. O legado desse período

sombrio permanece como um apelo à consciência global para evitar a repetição de tais atrocidades.

#### **4. A REESTRUTURAÇÃO DO PAÍS**

Apesar dos sinais de crescente autoritarismo político no período pós-genocídio, simbolizado pelo RPF e seu grande mentor, o general Paul Kagame, o novo governo teve duas excelentes vantagens: a primeira, em forma de álibi, foi o fato de o Arusha Os acordos foram formalmente cumpridos; a segunda foi que a RPF era a única força de resgate em Ruanda em 1994, agora com a difícil missão de (reconstruir) o país devastado. Mas a nova Ruanda tinha semelhanças preocupantes com a "velha Ruanda", um regime autoritário e militarizado que neutralizava seus opositores em um cenário de degradação progressiva dos direitos políticos e liberdades civis de seus cidadãos.

Para atingir o objetivo da reconciliação nacional, o novo governo criaria e aprovaria uma série de leis para acabar com as divisões e combater a "ideologia do genocídio", que muitas vezes seria usada para remover e neutralizar qualquer oposição indesejada considerada divisora. As liberdades políticas e civis dos ruandeses foram cerceadas em nome da União Nacional. Em 2011, segundo a Freedom House, Ruanda ainda é um país escravocrata, fato reforçado nos meses que antecederam as eleições de agosto de 2010, durante os quais ocorreram uma série de atos de violência, intimidação, prisões e restrições à liberdade de movimento imprensa (Nshangalume, 2018).

Durante esse período, várias ações foram tomadas no cenário político de Ruanda, levantando preocupações sobre a democracia e os direitos civis. Três candidatos de partidos da oposição tiveram seus registros eleitorais recusados, indicando desafios no processo democrático. Além disso, dois jornais independentes foram retirados de circulação, e aproximadamente trinta jornais e estações de rádio foram suspensos pelo Conselho Superior de Comunicação Social. O governo impôs obstáculos formais à presença de elementos de organizações não governamentais (ONGs), restringindo a participação da sociedade civil.

No cenário político, alguns críticos do regime foram assassinados, aumentando as preocupações com a segurança e a liberdade de expressão. Paul Russessabagina, conhecido como o herói do Hotel Ruanda, enfrentou um mandado

de detenção sob a acusação de apoiar a Frente Democrática de Libertação do Ruanda (FDLR), associada a elementos do Poder Hutu no exílio. Essa situação evidencia desafios significativos em relação à oposição política e à repressão de vozes dissidentes.

Em meio a essas circunstâncias, ocorreu uma eleição presidencial com quatro candidatos na disputa: o presidente Paul Kagame, Jean Damascène Ntawukuriryayo do Partido Social-Democrata, Prosper Higiro do Partido Liberal e Aliver Mukabaramba do Partido Progresso e Concórdia. Paul Kagame emergiu vitorioso, obtendo 93% dos votos, mas a contestação sobre a integridade e a equidade do processo eleitoral permanece como uma questão importante (Ferro, 1996)

De fato, nenhum dos opositores representava uma ameaça real, pois representavam as forças partidárias que apoiavam o RPF, funcionando como partidos satélites. No entanto, o episódio que melhor reflete a natureza e os limites da política e do poder em Ruanda após o genocídio é a prisão de Victoire Ingabire, líder das Forças Democráticas Unidas (FDU), partido composto principalmente por exilados hutus, que não têm reconhecimento oficial em Ruanda e operam a partir da Holanda, seguindo uma política de resistência ativa contra a ditadura militar e sectária instalada em Ruanda, com o objetivo de estabelecer o Estado de direito em conformidade com os padrões democráticos internacionais (Costa, 2013).

Após dezesseis anos no exílio, Ingabire, considerada por seus partidários como uma versão feminina de Nelson Mandela, retornou a Ruanda em janeiro de 2010 e se candidatou à presidência. Em 21 de abril, ela foi presa, acusada de ideologia genocida, divisionismo e colaboração com grupos terroristas, no caso as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda, movimento militar e político associado ao Poder Hutu e instalado na República Democrática do Congo (Costa, 2013).

Sua detenção representa o espírito que assombra os governantes ruandeses hoje: a hipótese de uma nova inversão de papéis entre tutsis e hutus. Isso ocorre porque a lógica do "nós ou eles" ainda se aplica, alimentada pela ideia de que a ascensão ao poder de um partido de inspiração hutu ou mesmo não tutsi poderia, na melhor das hipóteses, significar a renúncia ao poder e, na pior, um retorno à barbárie de 1994. Assim, por desconfiança, em nome da prevenção e da

unidade de toda a Ruanda, parece não haver espaço para a pluralidade de partidos e propostas políticas na Ruanda pós-genocídio (Nshangalume, 2018).

Existem três ideias-chave ou crenças dominantes sobre o poder em Ruanda após o genocídio: a primeira é um senso de responsabilidade moral pela sobrevivência de todos os tutsis, em todo o mundo, não apenas dentro do país, que se reflete na noção de identidade e poder baseados na tribo e na diáspora, não na territorialidade; em segundo lugar, o poder tutsi é condição mínima para sua sobrevivência, ou seja, os tutsis só serão protegidos se controlarem o estado em que vivem; finalmente, a ideia de que a única paz possível entre hutus e tutsis é uma paz armada. Esses princípios resultaram na tentativa do RPF de estabelecer uma etnocracia tutsi por meio da "tutificação das estruturas de poder", na qual o poder dos elementos hutus é apenas nominal (Ferro, 1996).

Essa tentativa se torna evidente ao examinarmos as hierarquias políticas e militares, predominantemente lideradas por membros do RPF, repatriados e tutsis. No entanto, apesar dos esforços declarados para eliminar o "divisionismo", o novo governo acabou por reforçar as divisões entre os dois grupos étnicos. A história de Ruanda sugere que os episódios de conflito e violência não foram determinados pelas diferenças reais entre hutus e tutsis, mas sim pela importância política que essas categorias assumiram. A opção por um regime autoritário pelo novo governo, inevitavelmente associado ao "poder tutsi", perpetua a distinção entre os grupos, pois é a política, enquanto relação e distribuição de poder, e não a etnia, cultura ou aspecto físico, que define a divisão entre hutus e tutsis. O caso da prisão de Ingabire reflete que, em Ruanda, a política — na definição de "amigo" e "inimigo" — ainda é conduzida ao longo de linhas étnicas, agora baseadas não em categorias de dominado/dominante, mas sim de vítima/carrasco (Nshangalume, 2018).

Compreende-se que há uma complexidade do cenário político em Ruanda no período pós-genocídio, destacando a ambiguidade entre a busca por reconciliação nacional e a persistência de práticas autoritárias. A liderança do RPF, encabeçada pelo general Paul Kagame, enfrenta desafios na construção de uma Ruanda unificada, evidenciados por restrições às liberdades civis, violência política e ações que levantam preocupações sobre o processo democrático. A detenção de Victoire Ingabire, líder da FDU, e a criação de leis para combater o "divisionismo" ilustram os dilemas entre estabilidade política e pluralidade de vozes.

## 5. ATUAÇÃO DA ONU E DOS ESTADOS OCIDENTAIS

Antes da Operação Turquesa, Ruanda estava imersa em um contexto tenso e complexo, marcado por tensões étnicas entre os grupos Hutu e Tutsi. Em 1994, o país testemunhou um dos episódios mais sombrios de sua história, o genocídio ruandês, no qual extremistas Hutus perpetraram um massacre brutal contra a minoria Tutsi, resultando na morte de centenas de milhares de pessoas em um curto período.

A Operação Turquesa foi uma resposta internacional liderada pela França para tentar acalmar a violência e proteger os civis em meio ao conflito. No entanto, como apontado por Kisney (2010), a eficácia da operação foi questionada devido à percepção de favorecimento aos Hutus por parte da França. A proteção de ambas as partes, Hutus e Tutsis, não teria sido adequadamente considerada, e a França foi acusada de colocar preocupações estratégicas e interesses financeiros à frente da defesa dos direitos humanos em Ruanda.

A análise de Kisney destaca a complexidade das dinâmicas geopolíticas e das motivações por trás da intervenção internacional em Ruanda, sublinhando que a Operação Turquesa pode ter sido influenciada por interesses políticos e econômicos, em detrimento da verdadeira proteção dos direitos humanos e da promoção da paz na região.

A Operação Turquesa apenas aumentou a clareza do real interesse da França, que era preservar a sua situação financeira, inclusive garantindo o pagamento das armas fornecidas pelo governo de Habyarimana, bem como garantindo a sua influência na região e contendo a predominância linguística da PRF, todos considerados irrelevantes para a defesa dos direitos humanos de Ruanda (Batista, 2010).

Com a "zona neutra" que foi criada pela França na fronteira sudoeste com a República Democrática do Congo, vários soldados Hutu fugiram do Exército Patriótico Ruandês, aí encontraram rotas que levariam a um regresso seguro ao Congo, posteriormente, a França fez não perseguir esses soldados. A França afirma que para que mantivessem a sua neutralidade, nenhum dos líderes genocidas teria sido preso, mesmo depois destes mesmos líderes terem feito ameaças contra os sobreviventes que estavam na zona neutra, estes líderes retiraram então as suas

acusações em agosto, neste caso, não um foi entregue como acusado. Em vez disso, ocorreu o oposto, o que salvaguardava os réus de regressarem ao Congo em veículos oficiais (Anzolin, 2021).

Foram criadas três comissões distintas, cada uma das quais enfatizou as ações do país. Em 1998 foi realizado o primeiro, autorizado pela assembleia parlamentar francesa. Em 2005, foi realizado o segundo, que dependia da associação de cidadãos franceses e da aprovação do parlamento francês. O terceiro e último relatório ocorreu em 2007, este relatório foi conduzido pela Comissão Nacional de Ruanda e discutiu as evidências das ações da França em favor dos seus interesses, afirmou-se que parte da responsabilidade pelo conflito foi atribuída à França. Somente em 2021, o presidente francês Emmanuel Macron admitiu o papel do país no genocídio, pediu desculpas a Ruanda pelo crime e recusou-se a reconhecer a culpabilidade ou propor ações de compensação (Anzolin, 2021).

Em 2017, o banco BNP Paribas também foi acusado de ter participado nos genocídios no Ruanda, sendo acusado de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, pois financiou a compra ilegal de armas destinadas ao Ruanda, apesar de ter sido votado o embargo de armas. pelas Nações Unidas e que a entrega ocorreu nos dias 14 e 16 de junho. Isto ultrapassa o valor de 1,3 milhões, e a compra das armas dos tutsis já estava em curso na altura. A organização anticorrupção Sherpa, o Coletivo dos Partidos Cívicos de Ruanda (CPCR) e a ONG Ibuka France alegaram que o banco estava envolvido no financiamento das armas do conflito armado. Em 1994, cerca de 80 toneladas de armas foram entregues na fronteira da República Democrática do Congo com Ruanda, em dois flotéis de aviões, a instituição aparentemente sabia utilizar as armas (Exame, 2017).

O conflito internacional de interesses é evidente durante as crises. Quando um país não industrializado tem a sua economia baseada no sector primário da agricultura, experimentará uma guerra civil, ou crise da humanidade, o que não é benéfico para as potências poderosas. Em momentos históricos, esses poderes causaram por si só o caos (Gonçalves, 2020).

Em Ruanda a situação foi semelhante à dos demais países, não houve grandes mudanças. Para além dos conflitos de interesses, o fracasso dos militares americanos em intervir na Somália como pretendido, algum tempo antes, foi uma das causas da decisão do Ocidente de não intervir. Os EUA entraram no país sem

entender as causas ou como intervir efetivamente, isso levou ao desperdício de recursos do país e ao agravamento da crise (Gonçalves, 2020).

A necessidade de manter o poder intacto, e impedir o povo de participar nos seus próprios jogos, também levou a Bélgica e a França a manter a relação tóxica entre os dois povos do Ruanda, o que criou um "cenário" que protegeria a sua culpabilidade no conflito ocultou os resultados pretendidos que deveriam ter sido aplicados a ambos (Gonçalves, 2020).

A perpetuação de uma relação tóxica que favoreceu os interesses das potências colonizadoras em detrimento do povo ruandês. Isso ressalta a manipulação de cenários geopolíticos para proteger a culpabilidade dessas nações no conflito

A principal crítica à Igreja deveu-se à falta de ação relacionada com a crise do Ruanda, apesar das campanhas promocionais, da doutrinação e da discriminação da Igreja contra os afro-americanos. Mesmo a fé islâmica, à qual foi negada a entrada em Ruanda antes da colonização, teve um papel significativo na restauração do país e na harmonia religiosa após o genocídio (Gonçalves, 2020).

Para além da falta de ação dos líderes religiosos da Igreja Católica, estes indivíduos participaram diretamente no massacre de milhares de pessoas durante o genocídio. Após a negação das reivindicações do papa na época, a Igreja ficou sem qualquer responsabilidade. Somente em 2017 o pontífice Francisco emitiu uma declaração formal de pesar da igreja, o discurso foi totalmente diferente da declaração feita pelo Papa João Paulo II (Gonçalves, 2020). Assim, a mudança na postura da Igreja, exemplificada pela declaração do Papa Francisco em 2017, destaca a complexidade e as controvérsias em torno da responsabilidade moral e histórica das instituições religiosas.

No seu papel de colonizadora, a Bélgica teve um impacto negativo significativo quando optou por promover uma rivalidade já existente entre os povos Hutu e Tutsi. Apesar da tentativa de reconciliação entre os tutsis e os belgas, que era falsa, eles foram colocados em lados opostos. Isso ocorreu após a independência (Gonçalves, 2020)

Após a invasão da RPF, os belgas enviaram soldados para o território ruandês, mantiveram a garantia de que os seus enviados estariam seguros e só retiraram os seus soldados quando tiveram um papel significativo nas conversações de paz entre Arusha e Habyarimana. Outro papel significativo das ações da Bélgica

foi a pressão colocada sobre as Nações Unidas para aumentar a missão da UNAMIR, isso permitiria maior liberdade de ação em Ruanda (Gonçalves, 2020).

Ao contrário da Bélgica, os EUA, em vez de participar no conflito, optaram por manipular os laços com outros países, a fim de evitar a ONU ou a ira do público em geral. A anterior Embaixadora dos EUA na ONU, Madeleine Albright, fez questão de esclarecer que os custos da operação seriam elevados em comparação com a eficácia da missão, e a visão americana revelou que a perda de recursos não valia a pena, o que levou a atrasos adicionais na entrega de forças táticas e à liberação de orçamentos para alguns soldados que foram enviados pelos EUA para Ruanda sem suprimentos ou equipamentos (Gonçalves, 2020).

A respeito da ONU e sua atuação em Ruanda Medeiros et al., (2021) destaca:

A ineficácia da ONU em relação ao genocídio de Ruanda se deu pela questão operacional, pela maneira como as missões foram organizadas e, também, ao fato de a comunidade internacional, especialmente os membros permanentes do Conselho de Segurança, não agirem em tempo hábil, seja por falta de interesse ou por questões de política doméstica, o que poderia ter dado início à prevenção e repressão ao genocídio, com medidas mais sólidas e eficientes. Outro fator foi a atuação da França e sua influência no conflito, pois se tivesse maiores interesses haveria maior sucesso em sua colaboração para o fim do genocídio (Medeiros, et al., 2021, p. 10-11).

Ambos os autores acima destacam falhas internacionais no genocídio em Ruanda. A primeira aborda a postura dos EUA, que optou por manipular laços diplomáticos para evitar participação direta, revelando decisões com base em custos e eficácia. A segunda ressalta a ineficácia operacional da ONU, destacando a falta de ação oportuna e influência de interesses nacionais. Ambas convergem para a complexidade das dinâmicas geopolíticas e a necessidade de abordagens coordenadas diante de crises humanitárias, como pontua Paula (2011):

A Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, que prevê que os signatários teriam a obrigação legal de prevenir e punir o crime em referência, foi ignorada. A ONU e os países ocidentais evitaram chamar o ocorrido em Ruanda de genocídio, pois isso seria reconhecer o seu dever de atuar no país e por fim às matanças. (Paula, 2011. p. 40).

A citação destaca uma triste realidade durante o genocídio em Ruanda, onde a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, estabelecida em 1948, não foi efetivamente aplicada. A omissão por parte da ONU e dos países ocidentais em rotular os eventos em Ruanda como genocídio demonstra uma falha em cumprir o compromisso legal de prevenir e punir esse crime. Essa negligência,

muitas vezes motivada por considerações políticas e estratégicas, teve consequências devastadoras, contribuindo para a continuidade das atrocidades no país africano. Essa situação levanta questões críticas sobre a eficácia e a responsabilidade das instituições internacionais quando confrontadas com violações flagrantes dos direitos humanos.

Em última análise, o país da França tornou-se o maior aliado de Ruanda após a independência, participando principalmente no fornecimento de assistência e armas ao país, principalmente no campo da ciência militar. Para além do comportamento controverso que apoia as decisões americanas de regular as actividades da UNAMIR, ele defendeu que o Presidente beneficiasse os Hutus radicais. Num relatório da Humans Right Watch em 1994, foi documentado que as armas usadas pelos civis no conflito Hutu eram derivadas principalmente da França, além disso, o relatório documentou que o financiamento das armas veio principalmente da França (Gonçalves, 2020).

Diante disto, nota-se que há uma interconexão de interesses geopolíticos, econômicos e estratégicos das potências mundiais em relação a Ruanda, revelando como as potências influenciaram eventos antes, durante e após o genocídio. A análise inclui a participação da Bélgica, dos Estados Unidos e da França, enfatizando como essas nações moldaram eventos críticos e influenciaram decisões cruciais.

As ações das potências mundiais frequentemente priorizaram interesses próprios sobre os direitos humanos e a estabilidade em Ruanda. Ressaltando as consequências desastrosas dessas intervenções, evidenciando a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel das grandes potências na promoção da paz e na prevenção de conflitos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história colonial europeia no Ruanda criou um período de governação marcado por uma intensificação da luta pelo poder entre tutsis e hutus, que estabeleceram instituições que encorajaram a fragmentação social e reforçaram a subordinação social. Este separatismo institucionalizado acabou por conduzir a um dos maiores e mais violentos conflitos civis alguma vez já registados após a Primeira Guerra Mundial, repleto de violência baseada no gênero e ataques em grande

escala contra os tutsis.

O genocídio no Ruanda e as suas consequências criaram uma sociedade em grande parte social, política e economicamente devastada, desestabilizando as relações sociais, destruindo instituições governamentais e causando grandes mudanças demográficas no país pós-conflito. Neste contexto, os anos que se seguiram à guerra civil trouxeram mudanças drásticas na vida de todo o povo ruandês.

Enquanto os ruandeses clamavam por uma intervenção humanitária, a França e outros países recusaram-se a reconhecê-la, alegando que a violência registada não foi qualificada como genocídio, mas apenas mais um conflito de poder num país africano. O direito internacional deu mais um passo em frente na punição de crimes contra os direitos humanos com a criação do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), que realizou o seu primeiro julgamento dos acusados de genocídio. Até hoje, figuras importantes continuam a ser julgadas depois de terem sido detidas noutros países e entregues ao TPIR, enviando a mensagem de que os crimes não ficarão impunes, mesmo depois de mais de duas décadas. As decisões do Tribunal Penal Internacional *ad hoc* estabeleceram uma jurisprudência de grande valor e tornaram-se a fonte do direito aplicável ao Tribunal Penal Internacional. A participação dos Estados nestes julgamentos, mesmo que apenas através de apoio e cooperação, significa mudanças na lei e na sua aplicação a nível internacional.

## REFERÊNCIAS

ABDIKADIR, Siraj Maryan et al. **A Guerra Civil de Ruanda**. 2016. 31 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, United States International UniversityAfrica, Nairobi, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/306263863\\_The\\_RWANDAN\\_CIVIL\\_WAR](https://www.researchgate.net/publication/306263863_The_RWANDAN_CIVIL_WAR). Acesso em: 23 de maio de 2023.

ADEKUNLE, Júlio. **Cultura e Costumes de Ruanda**. Londres: Greenwood Press, 2007. 192 p. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=g0FC40EQujwC&printsec=capa\\_frontal&hl=pt-BR#v=uma\\_página&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=g0FC40EQujwC&printsec=capa_frontal&hl=pt-BR#v=uma_página&q&f=false)>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

AKODJENOU, Annualt. Lições aprendidas com a emergência de Ruanda – Uma breve história de Ruanda. **Genebra: Rede Internacional de Documentação sobre o Grande Região dos Lagos Africanos**, p. 8, 1995. Disponível em: <<https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/5111/2422.pdf?sequence=1&Permitido=y>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

ANDRADE, Camila Santos. **O processo de reconstrução pós-genocídio e a Cooperação Internacional Descentralizada em Ruanda: reflexões sobre o Estado de Mil Colinas**. Porto Alegre, p. 21, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/ANDRADE-2015-Oprocesso-de-reconstru%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3s-genoc%C3%ADdio.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2023.

ANZOLIN, Amanda Caroline Gonçalves. **Ocidente e genocídio** – Uma análise sobre a (ir)responsabilidade do ocidente no genocídio de Ruanda. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário Curitiba, 2021.

BATISTA, Cleival Kisney da Silva. Uma análise da ingerência internacional em seus conflitos étnicos. **Caderno de Relações internacionais** – V.1, N.1 – Faculdade Damas, 2010. Disponível em: <<http://54.94.8.198/index.php/relacoesinternacionais/article/view/293/279>> Acesso em: 24 de outubro de 2023.

BATISTA, Suenia Lagares. **Ruanda: os avanços na promoção da igualdade de gênero e a ascensão das mulheres na política no pós-genocídio**. f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015

CASAS, Margarita María M. **La Acción de la ONU en Función del Conflicto en RUANDA (1990- 1994)**, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10654/720> Acesso em 23 de maio de 2023.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA, E. F. Ferreira. **O Toque Femininos na Reconstrução do Ruanda Pos – Genocídio**. Ruanda, 2012, Revista Publicado em abril, Nº 5, 2013.

EXAME, BNP. **Paribas será processado por papel em genocídio de Ruanda**, 2017. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/bnp-paribas-sera-processado-por-papelem-genocidio-de-ruanda/>> Acesso em: 24 de outubro de 2023.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas as independências**, séc XVIII a XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Amanda de Andrade Dias. **A influência internacional na resolução de conflitos: uma análise do genocídio de Ruanda**. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Ciências, 2020.

GOUREVITCH, Philip. Gostaríamos de informá-los de que amanhã seremos mortos com nossas famílias. **Histórias de Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HINTJENS, Helena. M. **Explicando o genocídio de 1994 em Ruanda**. Cambridge University Press: *The Journal of Modern African Studies*. Vol. 37, nº 2, pág. 241-286, 1999. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/51712245\\_Explicando\\_the\\_1994\\_genocidio\\_in\\_Rwanda](https://www.researchgate.net/publication/51712245_Explicando_the_1994_genocidio_in_Rwanda)>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

MARTINS, Rui Décio; CASTRO, Kátia Shimizu. A ONU e os processos contra o Khmer Vermelho no Camboja. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, 2015. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/318/222>. Acesso em 06 de dezembro de 2023.

MEDEIROS, Beatriz de Oliveira Medeiros et al. **Genocídio em Ruanda: A Atuação da ONU em Relação aos Direitos Humanos (1994-2002)**. 22f. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

NSHANGALUME, Barhebwa Mark. **O Caminho Para Reconstrução Do Estado Além Dos Conflitos Étnicos – Uma Análise Do Caso De Ruanda Após Os Conflitos De 1994**. Monografia entregue ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciência Política. Brasília, 2018.

PAULA, Luiz Augusto Módulo de. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda**. 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-26032012-114115/publico/DISERTACAO\\_Luiz\\_Augusto\\_Modolo\\_de\\_Paula.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-26032012-114115/publico/DISERTACAO_Luiz_Augusto_Modolo_de_Paula.pdf) Acesso em: 23 de maio de 2023.

PAULA, Luiz Augusto Módolo de. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda**. Faculdade de Direito, São Paulo, 2011. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-26032012-114115/publico/DISSERTACAO\\_Luiz\\_Augusto\\_Modolo\\_de\\_Paula.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-26032012-114115/publico/DISSERTACAO_Luiz_Augusto_Modolo_de_Paula.pdf) Acessado em 06 de dezembro de 2023.

POWER, Samantha. **Genocídio: a retórica americana em questão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REED, Wm Cyrus. Exílio, reforma e ascensão da frente patriótica ruandesa. **O jornal de Estudos Africanos Modernos**, v. 34, n. 3, pág. 479-501, 1996.

SANTOS, Maria Luiza Vuolo. **A violação usada como arma contra as mulheres Tutsis no Genocídio de Ruanda em 1994**, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – Rio Grande do Sul, 2021.

THOMSON, Susan M. Resistindo à reconciliação: poder do estado e vida cotidiana em Ruanda pós-genocídio. **Dalhousie University**, Nova Escócia, p. 363, 2009. Disponível em: <https://commons.trincoll.edu/rwandawire/files/2014/02/ThomsonDissertation-20095.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICTR (Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais). **O Genocídio**. 2014. Disponível em: <http://unictr.irmct.org/en/genocide> Acesso em: 23 de maio de 2023.

UVUZA, Justine N. **Desigualdades ocultas: mulheres políticas ruandesas** Experiências de equilíbrio entre responsabilidades familiares e políticas. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Newcastle University, Newcastle Upon Tyne, 2014. Disponível em: <https://theses.ncl.ac.uk/dspace/bitstream/10443/2475/1/Uvuza,%20J.%202014.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2023.